

novembro, conforme pontos 1.4.1 e 1.4.2 do Despacho n.º 2959/2013, de 2 de janeiro, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 39, de 25 de fevereiro.

Considerando que, o n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, determina que, findo o procedimento concursal, o respetivo júri “elabora a proposta de designação, com indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos”;

Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a da licenciada Alexandra Martins Louro, cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e é aquela que melhor se adequa ao perfil pretendido, porquanto ao nível da avaliação curricular, detém habilitação académica enquadrada no âmbito das consideradas relevantes para o cargo a prover e demonstrou deter experiência profissional muito relevante na área de protocolo e da resposta especializada ao cidadão, bem como experiência na área de apoio a Gabinetes Ministeriais, nomeadamente no acompanhamento de processos de nacionalidade e de indultos e que ao nível da entrevista pública, evidenciou muito boa capacidade de análise crítica e argumentativa e elevado interesse para o exercício das funções inerentes à área funcional do procedimento concursal, bem como, muito boa capacidade de comunicação oral.

Considerando que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, “os titulares dos cargos de direção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo”;

Considerando por último que, nos termos do n.º 10 do referido artigo 21.º o provimento nos cargos de direção intermédia produz efeitos à data do despacho de designação, salvo se outra data for expressamente indicada;

Foi por despacho de 30 de dezembro de 2013 do Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Justiça, designada, em comissão de serviço, a licenciada Alexandra Martins Louro, técnica superior em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, chefe de divisão de Apoio Especializado da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto.

20 de fevereiro de 2014. — A Secretária-Geral, *Maria Antónia Moura Anes*.

Síntese curricular

Dados pessoais/Identificação:

Nome: Alexandra Martins Louro

Naturalidade: Portalegre

Data de Nascimento: 14 de setembro de 1976

Formação Académica

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Experiência Profissional

De 30 de novembro de 2012 até à atualidade exerceu, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão de Apoio Especializado da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

De 11 de junho de 2012 a 29 de novembro de 2012 exerceu, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão do Núcleo de Informação, Relações Públicas e Protocolo da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

Desde dezembro de 2011 que presta apoio técnico-jurídico aos gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, nomeadamente, em sede de apreciação de propostas de indulto, processos de nacionalidade e pedidos de indemnização a vítimas de crimes violentos.

De 1 de novembro de 2006 a 10 de junho de 2012, exerceu funções técnicas superiores na área funcional das Relações Públicas e Protocolo da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça — preparação/organização de cerimónias e outros atos públicos; preparação/apoio a deslocações oficiais, reuniões e visitas de entidades estrangeiras; receção/encaminhamento de individualidades; informação ao cidadão via eletrónica, postal, telefónica e presencial; tratamento/resposta a reclamações apresentadas no livro amarelo; apresentação de propostas de dinamização do Espaço Justiça (exposições e outros eventos).

De 7 de fevereiro de 2005 até 31 de outubro de 2005, desenvolveu funções de assistente técnica na área funcional das Relações Públicas e Protocolo da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

De 16 de julho de 2001 a 6 de fevereiro de 2005, exerceu funções de assistente técnica na Direção-Geral dos Registos e do Notariado, no âmbito da identificação civil.

Formação Profissional e Complementar

2012 — Ação de formação sobre “Nacionalidade”

2011 — Sessão de formação sobre “Género e Comunicação Inclusiva”

2010 — Cursos de formação “Organização de Eventos Nacionais e Internacionais” e “Estratégias de Comunicação na Administração Pública

2008 — Cursos de formação “O Protocolo nos Serviços Públicos”, “Produzir Conteúdos para a Intranet: comunicar e partilhar informação” e “Bases de Dados Jurídicas e Documentais”

2006 — Cursos de formação de inglês e “Comunicação Assertiva”

2005 — Curso de formação no âmbito da qualidade e imagem da organização

2002 a 2004 — Cursos de formação na vertente informática

2001 — Curso de “Formação de Formadores em Negociação”

Outras Atividades

Em fevereiro de 2013, promoveu a realização de três ações de formação sobre “Regras Elementares de Protocolo”, direcionadas para Serviços do Ministério da Justiça e Tribunais Superiores.

207640522

Direção-Geral da Administração da Justiça

Declaração de retificação n.º 219/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 29 de julho, revisto e republicado pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 366/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — referência PCTS 14/DSJCIJ/DGT/ECOGEST/2013, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.4 — [...]

Conhecimentos Gerais:

[...]

c) Código do Procedimento Administrativo (Princípios Gerais, notificações e prazos).

[...]

Conhecimentos Específicos:

[...]

j) Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro — Capítulo II, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2012 de 14 de maio);

l) decreto-lei de Execução Orçamental para 2012 (Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro — Capítulo II — Secção I e II, com Retificação n.º 14/2012, de 16 de março);

m) Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho — que regulamenta a LCPA).»

deve ler-se:

«11.4 — [...]

Conhecimentos gerais:

[...]

c) Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na sua versão atualizada — capítulos II e III).

Conhecimentos específicos:

[...]

j) Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro — capítulo II, na sua versão atualizada);

l) Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2013 (Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março — capítulo II — secções I e II);

m) Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso — LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atualizada, conjugada com o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua versão atualizada e que regulamentava a LCPA).»

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207639551

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Aviso n.º 3121/2014

Procedimento concursal comum (Referência 12/C/2013), com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior do mas de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação dos métodos de seleção, relativos ao procedimento concursal comum (Referência 12/C/2013), para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso n.º 11618/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 17 de setembro de 2013, foi homologada por despacho da Subdiretora-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 14 de fevereiro de 2014, encontrando-se afixada em local visível e público nas instalações desta Direção-Geral, na Av. da Liberdade n.º 9, 2.º andar em Lisboa, e disponibilizada na página eletrónica em www.dgsp.mj.pt conforme o previsto nos números 4, 5 e 6 do artigo 36.º da referida Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

19 de fevereiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

207640636

Declaração de retificação n.º 220/2014

Por ter saído com inexistência o aviso (extrato) n.º 2276/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 14 de fevereiro de 2014, relativo à denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da trabalhadora Eugénia Maria Ramos Lérias, retifica-se que onde se lê «com efeitos a 15 de junho de 2013» deve ler-se «com efeitos a 17 de junho de 2013».

20 de fevereiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

207640369

Despacho (extrato) n.º 3301/2014

Por despacho do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 20 de dezembro de 2013, torna-se público que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a trabalhadora Paula Sofia Santos Nunes concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira/categoria de assistente técnico, com a avaliação final de 17 valores, na sequência da celebração com esta Direção-Geral do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de agosto de 2013.

20 de fevereiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

207640539

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinetes da Ministra da Justiça e do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Despacho n.º 3302/2014

Cabe à Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco a planificação da intervenção do Estado e a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comu-

nidade na proteção de crianças e jovens em risco, conforme o previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de abril.

Neste sentido, para a plena prossecução das suas atribuições, designadamente o acompanhamento das comissões de proteção de crianças e jovens e a concertação entre todas as entidades públicas e privadas intervenientes nesta área, reveste-se da maior importância o gabinete técnico com funções executivas à disposição da Comissão Nacional e cujo responsável ora se designa.

Assim:

1 — Nos termos da alínea q) do n.º 1 e do n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de abril, nomeia-se o licenciado Paulo Manuel Carreiro Macedo para exercer as funções de secretário executivo da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco.

2 — O cargo mencionado no número anterior é equiparado, para efeitos de remuneração, a Diretor de Núcleo do Instituto da Segurança Social, a quem compete o pagamento dos respetivos honorários nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65/2013, de 13 de maio.

3 — O presente despacho produz efeitos a 3 de fevereiro de 2014.

20 de fevereiro de 2014. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*. — O Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, *Luís Pedro Russo da Mota Soares*.

207636684

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Secretário de Estado da Inovação,
Investimento e Competitividade

Despacho n.º 3303/2014

O Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de abril, define o modelo de governação do Quadro de Referência Nacional 2007-2013 (QREN) e dos respetivos programas operacionais.

Por sua vez, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Declarações de Retificação n.º 106/2007, de 13 de novembro e n.º 109/2007, de 11 de dezembro, e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2012, de 14 de fevereiro, criou a estrutura de missão para o Programa Operacional Fatores de Competitividade (o “Programa”) e determinou que a configuração final da mesma seria aprovada por Resolução de Conselho de Ministros.

Neste contexto, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 19-B/2008, de 11 de abril, e alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de abril, n.º 74/2009, de 26 de agosto, n.º 91/2009, de 22 de setembro, e n.º 76/2012, de 6 de setembro, aprovou, entre outros aspetos, a configuração definitiva da estrutura de missão para o Programa e criou o respetivo secretariado técnico, determinando a sua composição bem como as regras de funcionamento e de nomeação.

Tendo o anterior secretário técnico do Programa para a área dos sistemas de informação e comunicação sido exonerado a seu pedido, importa agora proceder à sua substituição por forma a assegurar o pleno funcionamento dos sistemas de informação do Programa.

Assim, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de abril, do n.º 5 e do anexo II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 19-B/2008, de 11 de abril, e alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de abril, n.º 74/2009, de 26 de agosto, n.º 91/2009, de 22 de setembro, e n.º 76/2012, de 6 de setembro, e tendo em conta o despacho n.º 12100/2013, de 12 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 23 de setembro, nos termos do qual me foram delegadas, pelo Ministro da Economia, as competências específicas inerentes à qualidade de Ministro Coordenador da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa Operacional Fatores de Competitividade para acompanhar a gestão corrente do referido programa operacional e para apreciar e decidir os recursos dos atos praticados pela autoridade de gestão do mesmo, em articulação e sob concordância do Secretário de Estado do Turismo nos assuntos respeitantes ao turismo, determino o seguinte:

1 — Nomeio, em comissão de serviço, para o cargo de secretário técnico responsável pela área de sistemas de informação e comunicação do Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade, sob proposta da respetiva comissão diretiva, o licenciado, especialista